



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2021

(nº 592/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 592

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, parágrafo único, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RAIMUNDO CARREIRO SILVA**, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RAIMUNDO CARREIRO SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 2021.

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, parágrafo único, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RAIMUNDO CARREIRO SILVA** para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Portuguesa, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RAIMUNDO CARREIRO SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 939/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 22 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 22/11/2021, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3020556** e o código CRC **618060A6** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

CURRICULUM VITAE

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

DADOS PESSOAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA

Nascido em Benedito Leite (MA), em 06 de setembro de 1948, é filho de Salustiano Carreiro Varão e Maria Pinheiro da Silva.

É casado com Maria José Ávila e tem três filhos.

Formado em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, em 1981, foi funcionário público do Senado Federal até sua aposentadoria como Analista Legislativo em 2007. Exerceu a advocacia de 1982 a 1995.

HISTÓRICO PROFISSIONAL

Em 2007, é escolhido pelo Senado Federal e nomeado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Foi Vice-Presidente do TCU no biênio 2015/2016 e Presidente daquele Tribunal no biênio 2017/2018.

Cargos efetivos exercidos no Senado Federal:

- Analista Legislativo, área de Orçamentos Públicos
- Técnico em Legislação e Orçamento
- Assistente Legislativo

Funções de confiança exercidas no Senado Federal:

- Secretário-Geral da Mesa a partir de 2/2/1995
- Diretor da Secretaria de Comissões
- Secretário-Geral da Mesa-Adjunto

Funções exercidas no Poder Executivo:

- Vice-Presidente do Conselho Consultivo da ANATEL
- Membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

Outras funções:

- Secretário da Comissão Representativa do Congresso Nacional

ARTIGOS PUBLICADOS

Depoimento – Notas históricas sobre a Constituição de 1988

- Revista de Informação Legislativa, ano 56, nº 222, abril/junho -2019

Trinta anos de consolidação democrática

- Constituição da República: um projeto de nação, Homenagem aos 30 anos - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO

Cursos ministrados no Senado Federal:

- “Noções de Processo Legislativo”
- "Aspectos Práticos de Tramitação Legislativa"
- "Administração Legislativa"

CONDECORAÇÕES

- Grão-Colar da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios
- Ordem do Mérito Aeronáutico - Grau de Comendador
- Medalha Mérito Tamandaré - Ministério da Marinha
- Medalha do Pacificador - Ministério do Exército
- Ordem do Rio Branco - Grau de Grande Oficial - Ministério das Relações Exteriores
- Ordem do Mérito das Forças Armadas - Grau de Oficial
- Ordem do Congresso Nacional – Grau de Grande-Oficial - promoção
- Ordem do Mérito Militar – Grau de Grande-Oficial - promoção
- Ordem do Mérito de Brasília – Grau Grã-Cruz – promoção
- Ordem do Mérito da Defesa – Grau de Grande-Oficial
- Ordem Nacional do Mérito Educativo – Grau Grã-Cruz
- Cidadão Honorário de Brasília
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Grau Grã-Cruz – promoção

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE EUROPA-III**

PORTUGAL



**Ostensivo
Novembro de 2021**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Portuguesa
CAPITAL	Lisboa
ÁREA	92 mil km ²
POPULAÇÃO	10,287 milhões de habitantes
GENTÍLICO	Português
IDIOMAS	Português
RELIGIÃO	Catolicismo (84,5%); nenhuma (13%); outras religiões cristãs (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Republicano Parlamentarista ou "Semipresidencialista"
LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia da República)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Marcelo Rebelo de Sousa (desde 2016, reeleito em 2021)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro António Costa (desde 2015)
CHANCELER	Augusto Santos Silva (desde 2015)
PIB NOMINAL (2020)	US\$ 231,3 bilhões (FMI)
PIB PPP (2020)	US\$ 350,2 bilhões (FMI)
PIB NOMINAL <i>PER CAPITA</i> (2020)	US\$ 22.490 (FMI)
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2020)	US\$ 34.040 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	4,4% (2021, est); -7,6% (2020); 1,9% (2019); 2,4% (2018); 3,5% (2017); 2,0% (2016); 1,8% (2015)
IDH (2020)	0,864 - 38º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)	82,1 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2019)	99,66%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020)	7,0% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Luís Filipe Melo e Faro Ramos
COMUNIDADE BRASILEIRA	183.993 (regulares, segundo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2020).

ESTIMADA										
EMBAIXADOR EM PORTUGAL					Carlos Alberto Simas Magalhães					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	2.894,9	2.623,5	1.938,3	2.156,7	1.629,8	1.294,2	2.259,3	2.313,0	1.923,0	2.317,4
Exportações	2.054,8	1.624,6	854,2	1.060,2	819,9	654,5	1.432,6	1.454,6	1.165,1	1.634,8
Importações	840,1	998,9	1.084,1	1.096,5	809,9	639,7	826,7	858,4	758,2	682,6
Saldo	1.214,6	625,7	-229,9	-36,2	10,0	14,7	605,9	596,2	406,9	952,2

US\$ milhões (FOB)

PERFIS BIOGRÁFICOS

MARCELO REBELO DE SOUSA PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA



Nasceu em Lisboa, em 12 de dezembro de 1948. Seu pai, Baltazar Rebelo de Sousa, havia sido Ministro de Saúde e Assistência, das Corporações e da Previdência Social e do Ultramar entre 1970 e 1974. Bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, da qual é professor catedrático, desenvolveu também carreira no jornalismo, tendo sido diretor do jornal "Expresso" (1980-1983) e comentarista político em canais de televisão (2000-2015). Casado, tem dois filhos e cinco netos.

Integrou o Partido Social-Democrata (centro) de 1974, ano da Revolução dos Cravos até 2015. Presidiu o partido entre 1996 e 1999. Exerceu as funções de: Deputado constituinte (1975); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1981); ministro dos Assuntos Parlamentares (1982); Deputado europeu (1997-1999); Conselheiro de Estado (2000-2001 e 2006-2016). Foi eleito Presidente em 24 de janeiro de 2016, com apoio do PSD, mas com plataforma eleitoral independente. Em 2021, foi reeleito para mais um mandato de 5 anos.

ANTÓNIO LUÍS SANTOS DA COSTA

PRIMEIRO-MINISTRO



Nasceu em Lisboa, em 17 de julho de 1961. Graduou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e fez pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa. Filiou-se à Juventude Socialista (JS) em 1975, aos 14 anos. Em novembro de 2014, tornou-se Secretário-Geral do Partido Socialista (PS). Exerceu as funções de Deputado (1991-2009), Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1995-1997), Ministro dos Assuntos Parlamentares (novembro de 1997), Ministro da Justiça (1999-2002), líder da bancada do PS na Assembleia da República (2002-2004), Deputado e Vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005), Ministro de Estado e da Administração Interna (2005-2007) e Prefeito de Lisboa, por três mandatos (2007-2015). Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em 26 de novembro de 2015. Com a vitória parlamentar do PS em 2019, manteve-se no cargo. É considerado político habilidoso, tendo demonstrado em diversas ocasiões a capacidade de promover convergências. Em 1989, foi um dos responsáveis pela negociação da aliança entre o PS e o Partido Comunista Português (PCP), que conduziu Jorge Sampaio à Prefeitura de Lisboa (1989-2001). O PM António Costa já anunciou que não pretende demitir-se do cargo e que liderará novamente o PS nas eleições vindouras, em 30/1/2022, quando buscará uma “maioria reforçada, estável e duradoura”.

AUGUSTO SANTOS SILVA
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Nasceu no Porto, em 20 de agosto de 1956. Graduado em História, é doutor em Sociologia e professor na Universidade do Porto. Na juventude, militou em grupos de filiação comunista. Membro do Partido Socialista desde 1990, Deputado desde 1995, foi Ministro da Educação (2000-2001), da Cultura (2001-2002), dos Assuntos Parlamentares (2005-2009) e da Defesa (2009-2011). Tomou posse como Ministro dos Negócios Estrangeiros em novembro de 2015. Conhecido por suas firmes posições europeístas, sua nomeação representou sinalização do Primeiro-Ministro António Costa em favor dos compromissos de Portugal com a UE e a OTAN. Tem vários livros publicados, nas áreas da sociologia e das ideias políticas, sendo os mais recentes: “Os valores da esquerda democrática: vinte teses oferecidas ao escrutínio público” (2010) e “A sociologia e o debate público: estudos sobre a relação entre conhecer e agir” (2006).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais mantêm padrão histórico de densidade, beneficiando-se do reconhecimento proporcionado por governo e sociedade portugueses. Desempenham papel significativo na política de Portugal e, em especial, nas relações com a Europa, com a OCDE e com os países de língua portuguesa. Criam, outrossim, oportunidades diversificadas de convergência no plano multilateral.

Visitas de Alto Nível

O então Vice-Presidente Michel Temer visitou Portugal em abril de 2015. A vinda ao Brasil, em 2016, do Presidente Marcelo Rebelo e do Primeiro-Ministro António Costa, durante os Jogos Olímpicos, deu ímpeto às relações bilaterais, com retomada das cimeiras que haviam sido interrompidas no governo anterior.

Ainda em 2016, os dois mandatários portugueses participaram, em Brasília, da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (31/10 e 1/11/2016) e da XII Cimeira Bilateral Brasil-Portugal (1/11/2016). A realização, em Brasília, em 2016, da XII Cimeira Brasil-Portugal, após hiato de três anos, foi indicação positiva do interesse brasileiro em conferir mais densidade e volume ao relacionamento bilateral. A próxima Cimeira está prevista para 2022, em Portugal.

Em 10/1/2017, o então Presidente Temer encontrou-se, em Lisboa, com o Presidente Marcelo Rebelo, por ocasião das exéquias do ex-Presidente e ex-Primeiro-Ministro Mário Soares. Em junho daquele ano, o Presidente Marcelo Rebelo e o Primeiro-Ministro António Costa estiveram no Rio de Janeiro e em São Paulo, para participar das comemorações da data nacional portuguesa (10 de junho – Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas). Em 29 e 30/8/2017, o então Presidente Michel Temer realizou escala em Lisboa, a caminho da China, e manteve encontro com o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva esteve no Brasil por três vezes em 2017: em 29/3 e 19/7, para reuniões com o então Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes, em Brasília; e em 22 a 25/11, para

contatos com a comunidade portuguesa e encontros empresariais no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 21/3/2018, no contexto da realização do 8º Fórum Mundial da Água, a Secretária de Estado Teresa Ribeiro foi recebida, em Brasília, pelo ex-Chanceler Aloysio Nunes. Os presidentes e chanceleres dos dois países participaram, em julho de 2018, da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Cabo Verde. Em 10/10/ 2018, o então Ministro Aloysio Nunes reuniu-se com seu homólogo em Lisboa.

O Presidente Rebelo de Sousa esteve em Brasília para a posse do Presidente Jair Bolsonaro, ocasião em que mantiveram reunião bilateral. Ainda em 2019, o Secretário de Estado da Internacionalização de Portugal, Eurico Brilhante Dias, manteve encontro com o ex-Secretário-Geral Otávio Brandelli. Manteve encontro também nos ministérios da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, reuniu-se com seu homólogo português em 2019, em Mindelo, Cabo Verde, à margem da XXIV reunião do Conselho de Ministros da CPLP. Em sintonia com a revitalização das relações bilaterais em diversas áreas, o Ministro da Defesa de Portugal, João Gomes Cravinho, realizou visitas ao Brasil em 11/9/2019 e também em 10/2/2020. Adicionalmente, o então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, participou, em 28/5/2019, de evento do governo português sobre desafios globais.

Em 2020, houve comunicações telefônicas entre os Ministros de Relações Exteriores, em maio, e participação no IX Encontro “Triângulo Estratégico: América Latina-Europa-África”, em julho. No mês de novembro, o ex-Secretário-Geral do MRE manteve ligação telefônica com o MNE acerca de temas consulares. Ainda em novembro daquele ano, houve nova visita do Secretário de Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, que manteve reunião com o ex-Ministro Ernesto Araújo, assim como com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, e com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. Em outubro último, esta visitou Portugal, quando cumpriu densa agenda e se reuniu com a Ministra da Agricultura portuguesa, Maria do Céu Antunes.

Em janeiro de 2021, o Chanceler português Augusto Santos Silva manteve videoconferência com o ex-Ministro Ernesto Araújo, bem como participou de videoconferência com o Chanceler Carlos França pouco depois de sua nomeação. O Secretário de Internacionalização de Portugal,

Eurico Brilhante Dias, realizou nova visita ao Brasil entre 24 a 26 de maio último. Entre 31 de maio e 3 de junho, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, viajou a Lisboa, onde participou da cerimônia de inauguração do cabo Ellalink e encontrou-se com o Ministro da Economia e Transição Digital português, Pedro Siza Vieira.

Entre 30 de junho e 2 de julho de 2021, o Ministro Carlos França realizou viagem a Lisboa. Durante a estada em Portugal, o Ministro encontrou-se com o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, e reuniu-se com os Ministros de Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e do Meio Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, além de ter participado de evento com empresários portugueses. Ocorreram também encontros do Ministro Carlos França com o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Embaixador Francisco Ribeiro Telles, e com representantes dos demais países membros daquela organização.

O Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, acompanhado do Ministro de Negócios Estrangeiros, realizou visita ao Brasil entre 30 de julho e 2 de agosto de 2021. Marcelo Rebelo manteve encontro com o Presidente Jair Bolsonaro, quando examinaram a reativação dos mecanismos de diálogo bilateral, em preparação para a próxima Cimeira Brasil-Portugal e as celebrações do bicentenário da Independência em 2022.

Acordo Mercosul-UE

Portugal teve papel fundamental para a conclusão das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Nelas se engajou para sensibilizar os parceiros europeus para a troca de ofertas entre os blocos. Em 20/6/2019, os líderes de Portugal, Alemanha, Espanha, República Tcheca, Letônia, Suécia e Países Baixos subscreveram carta de apoio ao acordo. Durante a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, houve diversas manifestações de apoio ao acordo birregional por autoridades portuguesas.

COMUNIDADE BRASILEIRA

A comunidade brasileira em Portugal é uma das maiores no mundo. É composta, sobretudo, por estudantes e profissionais liberais. Existem representações consulares brasileiras em Lisboa, Porto e Faro. Em números

totais, os nacionais que contam com residência oficial em Portugal totalizaram 183.993 ao término de 2020 (105.423 em 2018). Representam 27,8% dos residentes estrangeiros em Portugal, número que cresce e se acelera.

POLÍTICA INTERNA

O governo do Partido Socialista foi inicialmente viabilizado no Parlamento pelos partidos de esquerda (Bloco de Esquerda – BE –, Partido Comunista Português – PCP – e Partido Ecologista "Os Verdes") e empossado em 26 de novembro de 2015, obtendo, posteriormente, vitória parlamentar nas eleições de 10 de outubro de 2019. O atual governo foi o primeiro com apoio de partidos à esquerda do PS, os quais, no entanto, não integravam o gabinete governamental. O acordo segmentado entre as esquerdas rendeu ao arranjo governativo o apelido de "geringonça". Após as eleições legislativas de 2019, com obtenção de 106 assentos (maioria parlamentar seria de 116), o PS não renovou a “geringonça” – coalizão governamental com outros partidos de esquerda.

Desde sua posse como Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa tem adotado discurso de independência, conciliação e afastamento das disputas partidárias, contribuindo para a longevidade da atual solução governativa. Ademais, tem bom relacionamento pessoal com o Primeiro-Ministro António Costa, que foi seu aluno na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Em janeiro de 2021, Rebelo manteve sua popularidade e favoritismo, sendo reeleito para o cargo de Presidente da República com 60,7% dos votos, seguido por Ana Gomes (PS - 12,97%) e André Ventura (Chega! - 11,90%). Apesar da abstenção de cerca de 60,51%, Marcelo Rebelo obteve mais votos do que em 2016.

Ao longo de 2021 desenhou-se cenário de instabilidade política que culminou com a rejeição, em 27 de outubro, por parte da Assembleia da República, da proposta do governo de Orçamento de Estado para 2022. Em consequência, o PR Rebelo, citando “divergências inultrapassáveis” que dividiram a base de apoio governista, procedeu à dissolução do parlamento e à convocação de eleições legislativas antecipadas, a serem realizadas na data de 30 de janeiro de 2022. O PM António Costa já anunciou que não pretende demitir-se do cargo e que liderará novamente o PS nas eleições vindouras, quando buscará uma “maioria reforçada, estável e duradoura”.

Ainda não está definido quem liderará o Partido Social Democrata (PSD), maior força de oposição e partido de origem do Chefe de Estado, que realizará eleições diretas em 4 de dezembro. O cargo de presidente do partido é postulado tanto pelo atual titular, o Deputado Rui Rio, como pelo Eurodeputado Paulo Rangel.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa portuguesa tem suas áreas prioritárias de atuação nos eixos europeu, atlântico, lusófono e, mais recentemente, também no eixo mediterrâneo. O Ministro Augusto Santos Silva tem propugnado voz mais ativa da diplomacia portuguesa nos foros de que participa e a valorização institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O alcance desse segundo objetivo tem sido facilitado por sua precedência entre os Ministros – a segunda figura do governo, após o PM António Costa.

Santos Silva tem reiterado a vocação histórica de Portugal, muito viva na identidade nacional, de estabelecer pontes entre a Europa e os outros continentes, manifestando a intenção de trabalhar pelo aprofundamento das relações com o Mediterrâneo e o Norte da África e com o Atlântico Sul – tanto a América Latina quanto a África Ocidental.

O relacionamento com os países sócios da União Europeia (UE) ocupa lugar central na agenda externa portuguesa, em virtude da importância do bloco para o desenvolvimento do país nas últimas décadas. Em todas as áreas do governo, as autoridades portuguesas apresentam discurso alinhado pró-UE. Em diversas ocasiões, os mandatários expressaram que o bloco tem contribuído significativamente para a construção da democracia e para a consolidação do desenvolvimento econômico e social da região, além de ressaltarem que Portugal tem mantido o “espírito construtivo” a favor da integração europeia.

Entre janeiro e junho de 2021, Portugal exerceu a presidência rotativa do Conselho da Europa, ocasião em que privilegiou esforços para promover a recuperação econômica pós-pandemia, o desenvolvimento social e o fortalecimento da Europa no cenário internacional, como região “autônoma e aberta ao mundo”. Foi a quarta vez que o país exerceu a

Presidência do Conselho, tendo assumido a posição em 1992, 2000 e 2007. Como destaques das presidências anteriores, em 1992 houve assinatura do Tratado de Maastricht e do Acordo para o Espaço Económico Europeu, em 2000 ocorreram a I Cúpula UE-África e a assinatura do Acordo de Cotonou entre países ACP e EU e, por fim, em 2007, destacaram-se a I Cúpula Brasil-UE, assim como a redação e assinatura do Tratado de Lisboa.

A cooperação entre os países lusófonos e a afirmação global da língua portuguesa são consideradas estratégicas para a política externa. O eixo lusófono credencia Portugal, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa, em especial de Angola, de Moçambique e do Brasil. Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de programas estratégicos de cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões.

A importância das comunidades portuguesas no exterior justificou a criação de um eixo autónomo da política externa portuguesa, responsável por contribuir para o bem-estar desses grupos e por explorar rede privilegiada de influência, para a promoção de interesses políticos, económicos e culturais de Portugal. A fim de compreender a dimensão deste fenómeno, vale ressaltar que, atualmente, cerca de um terço dos portugueses e indivíduos com direito à cidadania portuguesa residem fora de Portugal. Acrescente-se que existem dez comunidades com mais de 120.000 pessoas espalhadas pelo mundo, dispersas por três continentes (Europa, África e América), além de populações relevantes na Ásia e Oceania. Quatro Deputados da Assembleia da República foram eleitos pelas comunidades portuguesas no exterior.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

ECONOMIA

O consenso político vigente desde a democratização do país, em 1974, impôs a todos os governos a construção de um estado de bem-estar social, com a consequente expansão do gasto público.

Em 2011, o país viu-se na contingência de adotar um rigoroso programa de austeridade, sob a supervisão da “troika”, constituída pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia. Executado até 2014, o programa implicou elevados cortes de gastos, privatizações e aumentos de impostos, com a gradual melhora da maior parte dos indicadores.

Foi nesse cenário, com a recuperação já em curso, que o atual governo socialista de António Costa foi empossado, em 25 de novembro de 2015. Desde o princípio, a administração buscou seguir um receituário que se notabilizou pelo rigor no controle das despesas. O déficit fiscal continuou a reduzir-se, oscilando entre -3% em 2017 (o pior resultado) ao excedente de 0,2% afinal registrado em 2019.

Esse receituário garantiu ao país alguns anos de relativa bonança econômica, em que se chegou mesmo a postular a existência de um “modelo português” que aliasse rigor fiscal à proteção aos setores desfavorecidos. Fruto e coroação desses esforços, Portugal encerrou o ano fiscal de 2019 com um diminuto superávit orçamental, da ordem de 0,2% do PIB. Embora seja uma cifra modesta, tratou-se do primeiro resultado positivo desde 1973 (portanto antes da democratização do país).

O quadro, no entanto, alterou-se à medida que a pandemia da Covid-19 afetou uma a uma as economias europeias, causando grandes estragos também em Portugal. Para além das vulnerabilidades próprias da economia portuguesa, parte substancial do agravamento deveu-se à deterioração econômica nos principais parceiros comerciais do país. Os mercados comunitários representam 75% das vendas externas de Portugal, e a isso há de se somar a brutal contração no setor do turismo.

Segundo dados oficiais, o PIB caiu -7,6% em 2020. Apesar de o número representar uma retração histórica, causou certo alívio por representar cifra melhor do que as perspectivas de queda de -9,3%, do relatório econômico da Comissão Europeia, e de -10%, do FMI. De acordo com dados recentes do Eurostat, teria havido contração de -6,8% do PIB da Zona Euro e -6,4% do PIB da União Europeia em 2020 – ou seja, apesar do resultado acima do esperado, Portugal situa-se entre os países europeus que sofreram impacto econômico acima da média no contexto da pandemia da Covid-19. Como esperado, a queda do PIB foi creditada pelo governo

português aos afeitos abruptos da pandemia sobre o setor do turismo, chave para a economia portuguesa, bem como sobre o consumo das famílias.

O Orçamento de Estado vigente contém a previsão de crescimento do PIB de +5,4% em 2021 (as estimativas oficiais estão em +4,9% em 2022, +2,8% em 2023, +2,4% em 2024, e +2,2% em 2025). A Comissão Europeia, por sua vez, prevê crescimento do PIB de +3,9% em 2021 e +5,1% em 2022. O crescimento português está abaixo daquele estimado para a Eurozona em 2021 (de +4,8%).

O relatório de verão da Comissão Europeia afirma que “a economia portuguesa está no caminho de uma sólida recuperação a partir do segundo trimestre de 2021, a par do relaxamento das restrições no âmbito da pandemia”. Segundo o documento, o PIB português atingiria o nível pré-pandemia em meados de 2022, numa trajetória semelhante às de Espanha e França, mas mais lenta do que as da Irlanda, Polónia e Romênia.

Outro componente a incidir sobre a flutuação do PIB será, naturalmente, a evolução do comércio exterior. Em 2020, as exportações portuguesas registraram queda de -10,2%, na comparação com 2019, alcançando a cifra de EUR 53,7 bilhões (ou US\$ 64,7 bilhões). Já as importações portuguesas contraíram-se em 15,2%, registrando-se aquisições de EUR 67,8 bilhões (ou US\$ 81,7 bilhões). Com esses resultados, Portugal registrou déficit comercial de EUR 14,1 bilhões (ou US\$ 17 bilhões), o que não destoa de seu histórico recente de comprador líquido de bens.

Além disso, o envelhecimento da população também causa pressões sobre o sistema previdenciário e os custos laborais. O país possui baixa taxa de natalidade e esperança média de vida de 81,9 anos. Igualmente, o desemprego entre jovens (18,2% em 2019, acima da média de 14,4% da União Europeia) é grave preocupação para as autoridades locais.

Por outro lado, há grande expectativa em relação aos fundos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) da União Europeia. No âmbito deste programa, estão previstos desembolsos da ordem de EUR 16,6 bilhões até 2026 (dos quais EUR 13,9 bilhões a fundo perdido e EUR 2,7 bilhões em empréstimos). O plano português prevê concentração de investimentos nas áreas da infra-estrutura, da “transição verde” e da “transição digital”. Nesse sentido, o governo português criou o Fundo de

Capitalização de Empresas, com capital de EUR 1,3 bilhão e duração prevista de dez anos, com recursos provenientes do PRR.

COMÉRCIO BILATERAL

Pelo lado brasileiro, as perspectivas que se abrem de retomada do crescimento econômico, com o encaminhamento das reformas em curso, somadas ao processo já iniciado de internacionalização do setor produtivo nacional, tendem a reforçar tendências positivas no comércio bilateral. Nas duas pontas, haverão de verificar-se também os efeitos do acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia, que – quando efetivado – trará consigo a possibilidade de adensamento sem precedentes das relações econômicas entre Brasil e Portugal.

O comércio bilateral evoluiu de maneira irregular na última década, tendo registrado volume mínimo de US\$ 1,29 bilhão em 2016 e máximo de US\$ 2,9 bilhões em 2011. Em 2020, o intercâmbio comercial aumentou em 20,5% e alcançou US\$ 2,31 bilhões, com exportações no montante de US\$ 1,63 bilhão, representando crescimento de 40,3% em relação a 2019, enquanto as importações totalizaram US\$ 682 milhões, com queda de 10% em relação a 2019. Desse modo, Portugal sagrou-se como 31º país de destino das exportações brasileiras e o 39º país de origem das importações brasileiras.

O Brasil é hoje um dos principais provedores de matérias-primas e bens intermediários para a indústria portuguesa. Com isso, altera-se o perfil das exportações brasileiras: produtos como o café, a madeira, o açúcar, o couro e o cacau, que eram dominantes no passado, vêm cedendo espaço a outros itens. Em 2020, a pauta exportadora brasileira foi composta principalmente por óleos brutos de petróleo (56%); soja (9%); milho (7,6%); produtos laminados de ferro ou aço (5,8%); e óleos combustíveis de petróleo (4,1%). Em volumes mais modestos, registram-se também vendas de ampla gama de produtos, que incluem alimentos, frutas tropicais, mobiliário, material elétrico, artigos de couro ou produtos eletrônicos.

Pelo lado das importações brasileiras, em 2020, o principal produto foi gorduras e óleos vegetais (42%); bebidas alcóolicas (9,8%), especialmente vinhos de mesa; peixes frescos ou congelados (7,1%); frutas

e nozes frescas ou secas (5%); e produtos da indústria de transformação (4,6%). As cifras do comércio bilateral têm sido magnificadas pelos números das transações intra-firma da petroleira GALP, cuja estratégia é de acumular estoques de petróleo bruto em suas refinarias portuguesas.

Entre janeiro e julho de 2021, houve crescimento de cerca de 28% da corrente de comércio (US\$ 1,8 bilhão) e de 39% das exportações brasileiras (US\$ 1,3 bilhão), com superávit brasileiro acumulado de US\$ 849 milhões. Os principais produtos exportados foram: óleos brutos de petróleo (63%), soja (15%) e óleos combustíveis de petróleo (2,8%). Registrou-se aumento de 65% das exportações de óleos brutos de petróleo e de 53% de soja.

INVESTIMENTOS

Estima-se que há, atualmente, cerca de 600 empresas de capital português atuando no Brasil. Segundo o Relatório de Investimentos Estrangeiros Diretos do Banco Central do Brasil, com dados consolidados até o final de 2019, Portugal figura na 16ª colocação (critério do controlador final) entre os países de origem de investimentos diretos no Brasil, com estoque de investimentos na casa dos US\$ 10,7 bilhões, ou 6% do total dos investimentos portugueses no exterior. Essa cifra representa cerca de 1,7% do total de investimentos diretos no Brasil. Os investimentos portugueses concentram-se sobretudo no setor das indústrias extrativas, responsáveis por US\$ 6 bilhões, ou 56% do total, como reflexo da atuação da estatal GALP em campos de extração de petróleo no Brasil. Destaca-se, ainda, o nível de investimentos no setor de eletricidade e gás, com quase US\$ 1,7 bilhão, ou 16% do total, desta feita por conta das inversões da estatal EDP - Energias de Portugal. Por fim, o setor financeiro responde por US\$ 643 milhões (6%); o de construção por US\$ 572 milhões (5,3%); e as indústrias de transformação por US\$ 535 milhões (5%).

Portugal, por sua vez, é o 12º destino dos investimentos diretos brasileiros no exterior, posição que se eleva quando se desconsideram países com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado. O relatório do Banco Central do Brasil demonstra o aumento dos investimentos brasileiros em Portugal, totalizando, ao final de 2019, US\$ 3,82 bilhões, ou cerca de 1% do total dos investimentos brasileiros no exterior. Os investimentos brasileiros em Portugal concentram-se nos setores financeiro, imobiliário, cosméticos, metalomecânico, turismo, construção civil e saúde. Com os recentes movimentos do Itaú e do Bradesco, além da

presença consolidada do Banco do Brasil, em breve os três maiores bancos brasileiros se farão presentes em Portugal, o que poderá também facilitar atividades de financiamento de exportações.

Em relação aos projetos na carteira do PPI, Portugal figura como 7º maior investidor quando considerados investimentos potenciais (estimados em US\$ 2,22 bilhões). A participação do país concentrou-se nas rodadas de licitações de blocos de óleo e gás (PETROGAL), nos leilões de Transmissão (EDP) e de Geração de Energia Nova e Renovável A-6 com fonte solar (Enerlife).

TURISMO

Segundo dados da EMBRATUR, o número de visitantes portugueses ao Brasil seria de aproximadamente 150 mil por ano (10º maior emissor). Em contrapartida, cerca de um milhão de turistas brasileiros iriam a Portugal anualmente. Portugal destaca-se como grande receptor de turismo internacional, sendo, de acordo com dados da Organização Mundial de Turismo (2019), o 17º maior receptor mundial. No mesmo ranking, o Brasil foi o 48º colocado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1143	Fundação de Portugal por D. Afonso Henriques - Tratado de Zamora
1249	Fim da Reconquista cristã em Portugal
1297	Fixação das fronteiras - Tratado de Alcanices
1385	Batalha de Aljubarrota com Castela
1415	Conquista de Ceuta. Início da Expansão e das Descobertas
1419	Descoberta da Ilha da Madeira
1427	Descoberta do Arquipélago dos Açores
1456	Descoberta de Cabo Verde e da Guiné
1471	Descoberta de São Tomé e Príncipe
1419	Descoberta da Ilha da Madeira
1487	Passagem do Cabo da Boa Esperança
1494	Tratado de Tordesilhas
1498	Descoberta do caminho marítimo para a Índia

1500	Descoberta do Brasil
1697	Descoberta de ouro no Brasil
1703	Tratado de Methuen com a Inglaterra
1727	Introdução de café no Brasil
1755	2ª fase da industrialização do país pelo Marquês de Pombal / Terremoto em Lisboa
1807/10	Invasões francesas. Partida da família real para o Brasil
1820	Revolução Liberal
1822	Independência do Brasil
1828/34	Guerras Liberais
1910	Implantação da República
1926	Ditadura militar
1933	Estado Novo (Salazar)
1961	Início da guerra colonial (Angola, Moçambique, Guiné)
1962	Perda das feitorias na Índia - Goa, Moçambique, Guiné
1974	"25 de Abril" ("Revolução dos Cravos") - Início da II República
1975	Independência de Moçambique Independência de Cabo Verde Independência de São Tomé e Príncipe Independência de Angola
1976	Toma posse o I Governo Constitucional de Portugal
1986	Portugal entra na União Europeia
2002	O euro é adotado como moeda oficial.
2016	Início do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1822	Declaração da Independência brasileira
1825	Reconhecimento da Independência brasileira por Portugal por meio do Tratado de Paz e Aliança
1991	Realização da I Cimeira Brasil-Portugal
1996	Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP
2000	Assinatura de Tratado de Cooperação, Amizade e Consulta
2003	Assinatura do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas; do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais; e do Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes
2011	Viagem da Presidente Dilma Rousseff a Portugal (29 e 30 de março)

2011	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (26 a 28 de julho)
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (3 a 8 de setembro)
2013	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (22 de maio)
2013	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, a Portugal (10 e 11 de abril)
2013	Visita da Presidente da República, Dilma Rousseff, a Portugal (10 de junho)
2013	Realização da XI Cimeira Brasil-Portugal (10 de junho)
2014	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, a Portugal (20 de março)
2015	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Machete (4 a 7 de maio)
2016	O Presidente Marcelo Ribeiro e o Primeiro-Ministro António Costa participam da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro.
2016	XII Cimeira Brasil-Portugal – Brasília, 1º de novembro
2017	Visita do Presidente Michel Temer a Portugal (10/1)
2017	Reuniões em Brasília entre os Chanceleres Augusto Santos Silva e Aloysio Nunes (29/3 e 19/7)
2017	O Presidente Marcelo Rebelo e o Primeiro-Ministro António Costa comemoram a data nacional portuguesa (10/6) junto às comunidades lusas no Rio de Janeiro e São Paulo
2019	Presença do Presidente Marcelo Rebelo na posse presidencial do Presidente Jair Bolsonaro.
2021	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, a Lisboa, entre 30 de junho a 2 de julho.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em Vigor	Data de publicação
Protocolo Adicional ao Trabalho de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura	05/05/2017	nd	Enviado à Presidência da República para sanção

para a Infância e a Juventude			
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	29/10/2005	01/11/2008	18/12/2008
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	24/12/2009	06/10/2010
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	08/04/2008
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	03/01/2007	09/03/2007
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço	05/09/2001	28/11/2004	04/02/2005
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	14/11/2001
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	22/04/2000	05/09/2001	20/09/2001
Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países	20/07/1995	03/07/1997	25/07/1997
Protocolo de Alteração ao Acordo entre o Governo da República	10/10/1994	10/12/1995	29/03/1996

Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa sobre Transporte e Navegação			
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	01/12/1994	01/12/1994
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	01/12/1994	05/12/1994
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	25/03/1995	18/04/1995
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	20/04/1994	05/07/1994
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas	07/05/1991	18/06/1995	11/09/1995
Acordo de Intercâmbio Cultural através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca Nacional de Lisboa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	03/04/1987	03/04/1987	21/04/1987
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	05/05/1986	06/03/1990	13/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil	07/04/1983	07/04/1983	29/04/1983

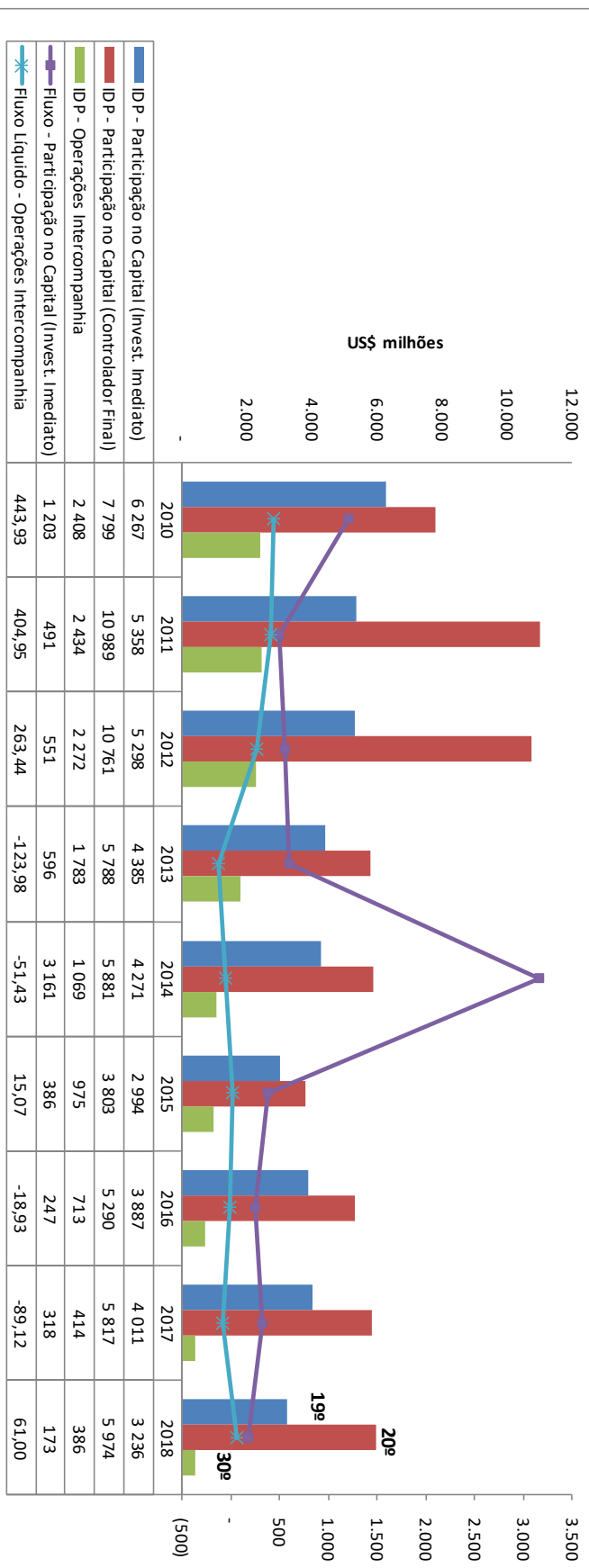
Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) de Portugal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.			
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa.	03/02/1981	04/06/1985	17/06/1985
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.	03/02/1981	17/06/1982	12/06/1982
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	23/05/1978	23/09/1980	22/10/1980
Acordo de Comércio entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/09/1966	21/04/1968	07/05/1968
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/09/1966	16/12/1967	18/01/1968
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.	18/06/1965	21/03/1968	16/04/1968
Convenção Ortográfica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República Portuguesa.	29/12/1943	01/01/1944	20/01/1944

Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República de Portugal.	26/09/1922	09/04/1924	12/04/1924
Convenção de Arbitramento entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Reino de Portugal.	25/03/1909	29/05/1911	04/06/1911

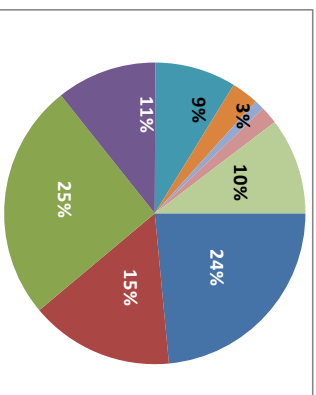
MAPA



INVESTIMENTOS PORTUGUESES NO BRASIL



Setor de atividade econômica (Estoque 2018 - US\$ milhões)		
	Invest. imediato	Control. Final
Eletricidade e Gás	548	1 404
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	955	920
Indústrias Extrativas	16	1 517
Atividades Imobiliárias	273	643
Indústrias de Transformação	526	521
Construção	194	174
Informação e Comunicação	64	64
Alojamento e Alimentação	115	113
Outros	545,00	618,00



IDP - Quantidade de Investidores (>= 10% capital acionário)		
	2010	2015
Investidor imediato	813	1000 (59)
Controlador Final	835	1045 (49)

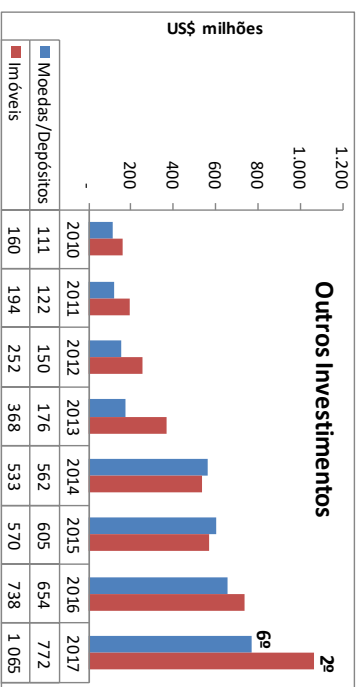
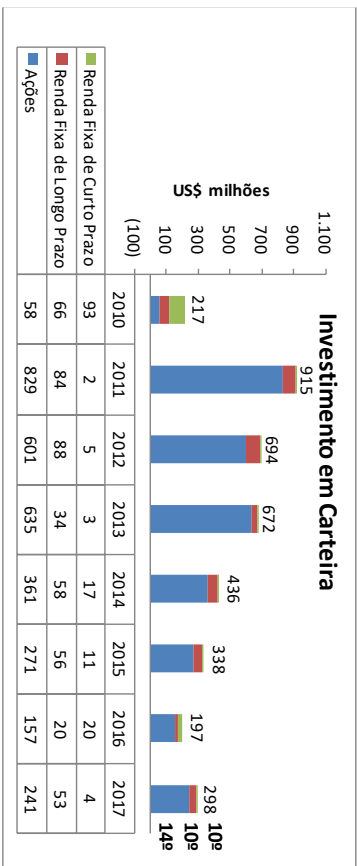
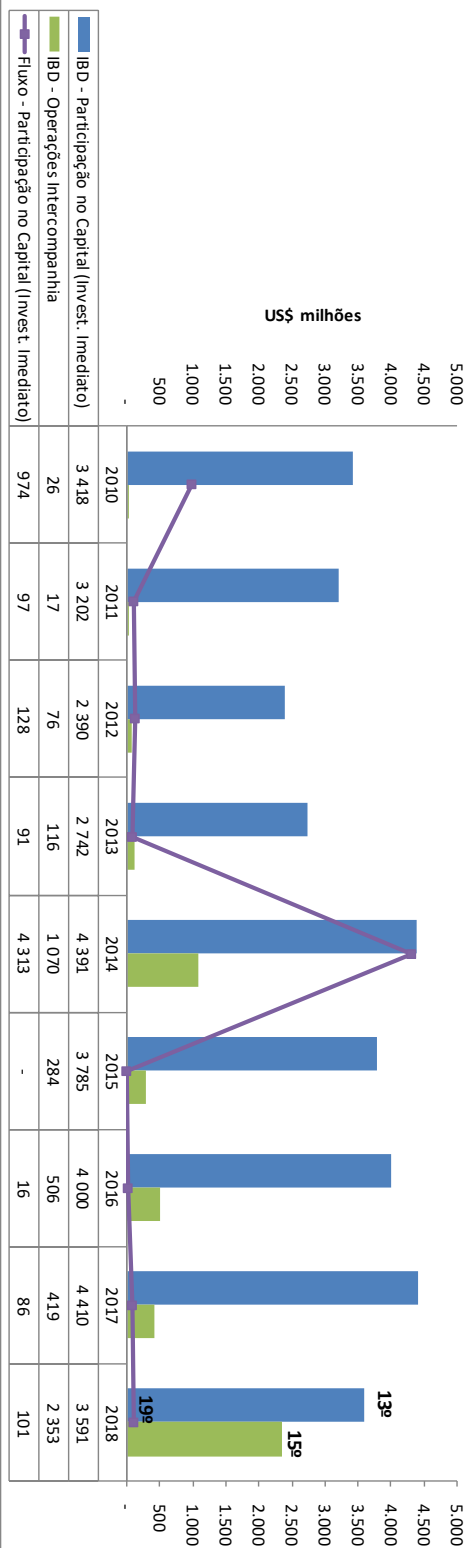
Fontes:

Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2018). Disponível em [http://www.bcb.gov.br/Rev/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO](http://www.bcb.gov.br/Rev/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;);

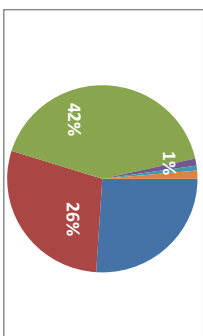
Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/SerieHistBalanco.asp?idpai=seriespex>;

Elaboração DP/IND/MRE

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM PORTUGAL



IBD - Setor de atividade econômica (2018 - US\$ milhões)	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	935
Informação e Comunicação	1 034
Atividades Imobiliárias	1 497
Indústrias de Transformação	44
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	30
Outros	51,00



IBD - Quantidade de Investidores (>= 10% capital acionário)		
Ano	Quantidade	Valor
2010	2 266	
2017	2560 (3*)	

Fontes:
 Banco Central do Brasil - CBE - *Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2018)*: Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/rev/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE>;
 Banco Central do Brasil - *Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor*: Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/SerieHistBalanco.asp?idpai=seriepspx>;
 Elaboração DPIND/MRE